

DEMOCRACIA E ENSINO SUPERIOR

Camaradas

O discurso do Primeiro-Ministro mostra o ar triunfante de quem tem estado a conduzir o País, pelos caminhos do progresso e da justiça social.

Ora a realidade que irrompe de forma cada vez mais visível, é a situação crítica das famílias para fazerem face às dificuldades que decorrem das medidas políticas do governo.

O conceito de progresso tem que ter presente a Democracia e esta não se fica pelo direito ao voto; não pode, de forma alguma dissociar-se dos direitos laborais, não pode ficar à porta dos serviços e empresas.

Ora, o que temos vindo a assistir e que se intensificou de forma brutal com o governo Sócrates, é o ataque ao Estado enquanto prestador das funções sociais, por forma a proporcionar igualdade de oportunidades no acesso à Saúde, à Educação, à Justiça e a garantir protecção social com condições de justiça e dignidade.

O governo fala de programas de “novas oportunidades”, visita Universidades e Politécnicos, como se fosse seu objectivo e propósito, valorizar uma das vertentes da Democracia plena e proporcionar aos portugueses, condições de completa igualdade para a obtenção de conhecimentos e de formação académica.

Mas o que tem vindo a processar-se, é a “Contra-Reforma” do Ensino Superior.

A obrigatoriedade do pagamento de propinas e o estrangulamento financeiro do Ensino Superior, põem em causa uma componente essencial da Democracia e acentua-se, assim, o ataque ao Ensino Superior Público.



CONGRESSO

LOCAL: POLITÉCNICO DE SETÚBAL 30 E 31 MAIO

A filosofia subjacente às medidas políticas do governo para o Ensino Superior Público é a mesma que preside às decisões que estão a ser postas em prática no Sector da Saúde, já que as propinas não são mais do que “taxas moderadoras” que dificultam ou impedem o acesso universal a este grau de ensino.

O governo escolhe o seu caminho, e sua política e transforma, cada vez mais os estudantes em “clientes” à boa maneira neo-liberal. Quem quer Educação, que a pague!

Sócrates ignora o princípio constitucional de que cabe ao Estado assegurar as verbas necessárias ao funcionamento das Universidades e Institutos Politécnicos, investimento imprescindível ao crescimento e desenvolvimento estrutural do País e o retrocesso que se verifica significa uma ruptura com a Democracia, tal como a concebemos.

Um dos importantes direitos dos Trabalhadores Não Docentes do Ensino Superior, desde o 25 de Abril, era a participação nos Órgãos de Gestão e que o governo PS/Sócrates decidiu abolir, através da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.

Este diploma, que passou a reger as Instituições do Ensino Superior, excluiu dos órgãos de gestão, um dos seus corpos profissionais, ao mesmo tempo que deles passam a fazer parte “entidades externas de reconhecido mérito” numa bem clara demonstração do seu conceito de democracia participativa e das suas opções quanto ao modelo e fins que pretende. Importa, aqui relembrar que a Lei da Autonomia (Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro) foi aprovada na Assembleia da República, por unanimidade.

A Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro abre a porta à possibilidade de as Universidades e Politécnicos se constituírem em Fundações e de privatização de áreas da acção social (cantinas e residências) o que, a acontecer, terá custos e consequências graves em termos de emprego, para os trabalhadores e de preços e qualidade dos serviços, para os estudantes.

O mesmo diploma quando faz referência aos Trabalhadores Não Docentes, usa a expressão “restante pessoal”, numa bem clara postura de desvalorização das tarefas que desempenham.

Ainda antes do governo, as Universidades aprovaram Deliberações em que são criados mapas de Pessoal; são, como entidades formadoras de futuras gerações, um péssimo exemplo quanto à utilização de trabalhadores em regime de “falsas avenças” e de bolseiros que muitas vezes asseguram tarefas permanentes, estes últimos, sem quaisquer direitos sociais.

Quanto aos trabalhadores dos Laboratórios do Estado, a situação de precariedade e de desinvestimento, não difere do que se passa nas Universidades e Politécnicos e são patentes as consequências da desresponsabilização do governo, no que concerne à área de investigação.

Uma marca significativa das opções de sucessivos governos, está visível no facto de não terem sido aprovados os quadros de pessoal Não Docente dos Institutos Superiores Politécnicos, situação que se prolonga há mais de duas décadas, governo após governo, e nos últimos anos, na acção interposta pela nossa Federação que se arrasta no Tribunal.

A destruição, por vários meios, do conceito de universalidade do direito dos jovens ao conhecimento e à formação, acontece em paralelo com as políticas de utilização dos vínculos precários e da concessão de serviços ao sector privado.

Só com o Ensino Superior Público, existem condições para o desenvolvimento do País, centrado na universalidade de Direitos dos jovens – acesso e frequência e não na sua elitização, que conduzirá Portugal para uma situação de maior desfazamento em relação aos países da União Europeia.

As possibilidades de formar Fundações e de aglutinar diversas faculdades em áreas de ensino, são mecanismos que podem conduzir à constituição de regimes de trabalho com mais instabilidade e/ou de disponíveis.



CONGRESSO

LOCAL: POLITÉCNICO DE SETÚBAL 30 E 31 MAIO

Será mais uma das áreas em que teremos que estar atentos e informados, pelo que se impõe o reforço dos contactos e da organização sindical.

O medo existe, como em tantos outros sectores e não é fácil mobilizar e levar à luta.

Dizia José Gomes Ferreira, “Poeta Militante” que “Não há protesto mais terrivelmente cómodo do que o silêncio”.

Os nossos Sindicatos nunca se remeteram ao silêncio. Com a confiança que nunca faltou, desenvolvemos a LUTA pelos nossos direitos, dissemos aos trabalhadores que é importante não calar e fazer ouvir o protesto nas ruas, espaço de liberdade.

Tudo faremos para continuar a transmitir aos trabalhadores, confiança, força e o sentimento de que vale sempre a pena lutar.

É preciso viver, de amizades, de derrotas

Dar a perder de alma, rebentar de paixão

Para que possamos escrever no fim da festa

“Algo mudou enquanto passávamos”

Jacques Brel (1929-1978)

Setúbal, 30 e 31 de Maio de 2008

(Marly Antunes – DN)